

Eles querem negociar a dívida externa...

A Comissão da Dívida Externa do Senado quer impedir a negociação do problema dessa mesma dívida, até que se promulgue a Constituição. Motivo: o artigo 58 do projeto aprovado até agora, e de que resultará, com emendas supressivas, a futura Lei Magna, exige que tal negociação seja aprovada pelo Congresso. Segundo entende o senador Carlos Chiarelli, o governo se apressa na renegociação, agora, precisamente para fugir à observância daquele dispositivo. O parlamentar rio-grandense lança mão de um argumento falacioso: se o acordo é bom, tal como está esboçado, por que não ouvir o Legislativo? Para ele, todos os males da economia brasileira nascem e terminam no crescimento da dívida. Déficit público? Ora, é dinheiro que o País manda para fora. Cumpre, então, indagar: e o pagamento do funcionalismo, que chega a 80% da receita líquida?

Felizmente, o Planalto não está dando ouvidos a esse movimento, pelo menos até agora. O ministro Mafson da Nóbrega pretende continuar negociando com base nos princípios vigentes no mercado financeiro internacional, sem recorrer a inovações impossíveis ou a bravatas enganosas. Não se pensa em ou-

vir os constituintes, e trágico seria se isso ocorresse, uma vez que os parlamentares insistem em legislar em causa própria, principalmente quando tratam de temas econômicos, regredindo a um nacionalismo que morreu há mais de 30 anos. Se dependesse do Congresso, declararíamos nova moratória, expulsaríamos os técnicos do Fundo Monetário Internacional, fecharíamos os bancos estrangeiros e até chamaríamos o sr. Dilson Funaro para conduzir as negociações...

Pois não foi esse mesmo Congresso que praticamente inviabilizou, com o seu conceito tacanho de empresa nacional, os futuros investimentos externos no Brasil? Não foram os mesmos parlamentares que renovaram o pernicioso conceito de reserva de mercado, que ora ameaça a indústria farmacêutica e a de química fina? Não se deveu aos atuais legisladores a aprovação do tabelamento dos juros, como se o Brasil não passasse de uma ilha, e a inflação pudesse ser controlada apenas com essa medida demagógica e inviável? Foram também os srs. parlamentares da Frente Nacionalista que impediram que a Petrobrás negociasse em tempo o contrato de exploração de petróleo na área

coberta pelo contrato de risco da Texaco, em Marajó. E agora, com o anúncio de indícios de ocorrência de hidrocarbonetos nessa região, o preço subiu...

O irracionalismo inspirado na demagogia eleitoral tem dominado a Constituinte. Se o governo recuar em sua decisão de negociar rapidamente a dívida externa, se forem feitas novas concessões políticas aos deputados e senadores que se locupletaram com a aprovação dos cinco anos do mandato do sr. Sarney, voltaremos à situação calamitosa que se seguiu ao Plano Cruzado, e teremos de declarar, muito em breve, nova moratória, nos moldes daquela que foi anunciada sob os aplausos desses parlamentares, os mesmos que cantaram o Hino Nacional quando se expulsavam os investimentos externos na exploração de minérios, atrasando de décadas o progresso do País.

Para avaliar o que poderia acontecer bastará acompanhar o "brilhante" raciocínio do sr. Carlos Chiarelli. Para ele, pagamos os juros com o dinheiro do povo (essa era a tese do sr. José Sarney, quando desejava ganhar para o PMDB a eleição de 15 de novembro...). O senador gaúcho, eterno defensor dos

subsídios para a produção agrícola do seu Estado, acha que ficamos mais pobres porque transformamos cruzados em dólares (não explica porém como se chega a essa mágica), e pagamos os bancos que nos espoliam. Esquece-se todavia o sr. Chiarelli de que ficamos mais de um ano sem pagar ninguém, acumulando ainda dívidas e penalizando os investimentos externos, e de que o *deficit* continuou crescendo simplesmente porque o governo insiste em gastar o que não tem. Para o senador, o FMI trará a recessão, esquecendo-se de que ela já chegou, e sem o Fundo. Não tivemos nem o dinheiro do FMI nem o dos bancos e, mesmo assim, entramos em crise.

Diante do brilho e da lucidez da argumentação do senador, que lidera a Comissão da Dívida Externa do Senado, podemos imaginar o que decidiriam os srs. parlamentares da Frente Nacionalista se pudessem impedir as negociações ora em curso. Voltaríamos à moratória, e romperíamos relações com a comunidade financeira internacional. E tudo isso seria decidido em sessão solene na qual os congressistas entoariam mais uma vez o Hino Nacional, sem avaliar, como não o fizeram até agora, as conseqüências que adviriam ao País.